

**EXEC na EXECUÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2.751 - MG  
(2019/0073338-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE** : TIAGO PIMENTEL SOUZA  
**ADVOGADO** : TIAGO PIMENTEL SOUZA (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
DF015243  
**EXECUTADO** : ELO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
**ADVOGADO** : HUMBERTO THEODORO JUNIOR E OUTRO(S) -  
MG007133

**DECISÃO**

Vistos etc.

TIAGO PIMENTEL SOUZA, em petição de fls. 617/678 (e-STJ), pleiteia o cumprimento do acórdão transitado em julgado em que ELO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, os quais foram fixados em R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), formulando, além da intimação para todos os efeitos do art. 523 do CPC, pedido urgente de penhora no rosto dos autos (e-STJ, fl. 682/684) da quantia exequenda atualizada, tendo em vista a realização de hasta pública de imóveis de propriedade da ora executada na reclamação trabalhista 0010038-39.2017.5.03.0108 em trâmite na 29ª Vara da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte - MG.

Para tanto, aduz o seguinte: (a) "*tendo em vista a proximidade do prazo prescricional da execução (14/08/2019), (...) intensificou as buscas de informações do devedor e descobriu que a empresa devedora (executada) possui CAPITAL INTEGRALIZADO DE MAIS DE R\$ 7 MILHÕES DE REAIS (conforme ficha cadastral da Junta Comercial em anexo)*", sendo que "*as dívidas indicadas no referido cadastro são muito inferiores ao patrimônio*" (e-STJ, fl. 621); (b) "*(...) a empresa Elo Engenharia e Empreendimentos LTDA está efetuando o pagamento (forçado) de dívida trabalhista no valor de R\$ 600 mil (29ª Vara da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte – MG; processo 0010038- 39.2017.5.03.0108)*" e que "*no referido processo judicial, foram penhoradas quatro unidades imobiliárias da empresa Elo Engenharia e*

*Empreendimentos LTDA, no valor total de R\$ 800 mil" (e-STJ, fl. 621); (c) nesse contexto, "não resta dúvida de que a empresa possui plenas condições de efetuar o pagamento dos honorários no presente caso (R\$ 103 mil), devendo ser afastada a condição suspensiva da exigibilidade do título judicial e prosseguida com a fase de cumprimento da decisão judicial" (e-STJ, fl. 621); (d) "(...) das quatro unidades imobiliárias (...) penhoradas no processo trabalhista, duas foram adjudicadas pelo credor trabalhista (carta de adjudicação em anexo), sem nenhuma oposição da empresa ora devedora" (e-STJ, fls. 621/622); (e) "as outras duas unidades imobiliárias estão avaliadas em R\$ 350 mil, sendo que o valor da dívida trabalhista restante é de cerca de R\$ 225 mil", portanto "(...) há um crédito de R\$ 125 mil (após o pagamento da dívida trabalhista), em relação ao referido bem imóvel, o que constitui valor suficiente para o pagamento da dívida do presente processo (R\$ 103 mil)" (e-STJ, fl. 622); (f) "considerando que tais unidades já foram incluídas em leilão no dia 10/04/2019 (edital em anexo), tendo o credor trabalhista solicitado recentemente a adjudicação das mesmas (petição em anexo), é preciso provimento LIMINAR urgente para resguardar o crédito restante, para a satisfação da dívida do presente processo" (e-STJ, fl. 622).*

É o breve relatório.

Decido.

Para o deferimento do pedido de tutela de urgência, imprescindível a demonstração dos elementos que evidenciem a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em juízo perfunctório, próprio deste momento processual, reconheço, relativamente às alegações referentes à superação da condição suspensiva da exigibilidade do título executivo judicial (art. 12 da Lei 1.060/50), a relevância do direito invocado pelo exequente, tendo em vista a possível modificação da situação financeira da sociedade executada, ante a indicação de patrimônio disponível.

Também vislumbro a ocorrência do perigo de dano e do risco ao

resultado útil do processo, os quais decorrem naturalmente da proximidade do implemento da prescrição quinquenal da obrigação reconhecida em sentença (trânsito em julgado em 14/08/2014) e da eventual adjudicação dos imóveis penhorados na reclamatória acima referida (leilão em 10/04/2019).

**Ante o exposto, observada a excepcionalidade da hipótese, defiro, nos termos do artigo 860 do CPC/15, a penhora dos créditos que, após eventual adjudicação dos bens constritos ou alienação em leilão previsto para o dia 10/04/2019, couberem à executada nos autos da reclamação trabalhista 0010038-39.2017.5.03.0108 em trâmite na 29ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG até o limite da quantia ora em execução.**

Oficie-se, com urgência, à autoridade judiciária referida.

Intimem-se.

Ordeno, ademais, a intimação de ELO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, nos termos do art. 523 do CPC, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento dos valores, com a advertência de que não ocorrendo pagamento voluntário no referido prazo, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado no mesmo percentual (CPC, art. 523, § 1º).

À Coordenadoria de Execução Judicial para providências.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Presidente da Seção